



**COP25**  
**CHILE**  
**MADRID 2019**  
UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE

## CONFERÊNCIA DAS PARTES SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP 25)

A Fiesp integrou a delegação brasileira na 25ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP), realizada em Madri, nos dias 02 a 13 de dezembro.

A COP é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais. A Fiesp participou das principais discussões sobre aspectos de impacto à indústria como o novo Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS), em substituição ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), além das regras previstas para o comércio global de créditos de carbono, conforme artigo 6º do Acordo de Paris.

Pág. 02

### Destaques dessa edição

**RETROSPECTIVA  
2019**

Pág. 04

**SISTEMA DE  
LOGÍSTICA REVERSA  
DE EMBALAGENS**

Pág. 09

**CALENDÁRIO DE  
OBRIGAÇÕES  
AMBIENTAIS 2020**

Pág. 10

**CONCEDIDA  
A LIMINAR  
CONTRA A CETESB**

Pág. 12

**NO RADAR**

Pág. 11

**AVISOS**

Pág. 12

**DIPLOMAS  
RECENTES**

Pág. 15

**AGENDA**

Pág. 18

# ACONTECEU



## CONFERÊNCIA DAS PARTES SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP 25)

### Chile/Madrid – Tempo para Ação

Devido a problemas políticos, próximo a data de início, a COP 25 foi transferida de Santiago para Madri, mas mantendo a Presidência do Chile na pessoa de sua Ministra do Meio Ambiente, Carolina Schmidt.

A expectativa de resultados ambiciosos na COP25 pode ser expressa na significativa participação de membros de delegações: mais de 26.700 pessoas compareceram, incluindo mais de 13.600 delegados do governo, quase 10.000 observadores e mais de 3.000 membros da mídia.

Assim, esta conferência sobre mudanças climáticas no Chile / Madri incluiu as seguintes reuniões:

- Convenção Quadro de Mudança do Clima - 25ª sessão da COP na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)- COP 25;
- Protocolo de Quioto - 15ª sessão da Conferência das Partes, atuando como Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto (CMP 15);
- Acordo de Paris - 2ª sessão da Conferência das Partes, na qualidade de Reunião das Partes do Acordo de Paris (CMA 2);
- Órgão Subsidiário de Implementação - SBI 51;
- Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico - SBSTA 51.

A conferência foi aberta com grande expectativa de que as negociações sobre algumas questões importantes do Acordo de Paris fossem finalizadas, principalmente as diretrizes para implementação do Artigo 6 (mecanismos de mercado e não mercadológicos). Outros temas centrais para implementação do Acordo de Paris, como a revisão do Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos associado a Impactos das Mudanças Climáticas (WIM, sigla em inglês) e finanças deveriam também ser finalizados. Mas não foi esse o caso. Nesta COP foi notória a desconexão entre a demanda da sociedade e da ciência e o que o processo poderia oferecer, e entre os países que desejam olhar para o futuro e aqueles focados no passado, o que enfraqueceu a capacidade da COP 25 de entregar resultados e decisões ambiciosas, apesar de ter se prolongado por quase 44 horas além do tempo previsto.

Durante a segunda semana, a Presidente da COP, Carolina Schmidt, Ministra do Meio Ambiente/Chile, envidou esforços para chegar a um bom termo nos resultados almejados, estabelecendo um processo de negociações políticas e técnicas, ao convocar consultas de alto nível. Depois que ministros e membros da Presidência da COP25 conduziram consultas bilaterais, as questões foram divididas em dois trilhos: uma, para o Artigo 6º; outra, para o WIM,





medidas de resposta e decisão geral sobre os resultados.

Durante a noite de sábado, 14 de dezembro, ocorreram prolongados debates, liderados pela Presidência da COP, sobre as questões pendentes, estendendo a seção plenária até o domingo, 15 de dezembro. Esta foi a COP mais longa da história da UNFCCC.

No domingo, 15 de dezembro, muitos delegados e observadores, incluindo o secretário-geral da ONU, António Guterres, expressaram desapontamento com as poucas decisões adotadas, baixíssima ambição, o que conflitava com o slogan "Tempo de Ação Chile-Madri", de alta ambição. Devido a falta de consenso sobre o mérito do conteúdo de vários itens da agenda, foi aplicada de forma generalizada a regra do regulamento interno da convenção que permite postergar uma decisão para a próxima sessão, desde que não haja acordo no conteúdo ou andamento do processo.

Entretanto, o maior prejuízo segundo muitos delegados, foi o fato dos países não conseguirem chegar a acordo sobre os meios de implementação do artigo 6. Assim os textos serão encaminhados aos órgãos subsidiários (SUBSTA e SBI), que irão se reunir em junho de 2020 em Bonn/Alemanha. Vários outros temas foram deixados sem solução, incluindo prazos comuns, financiamento de longo prazo, questões de transparência para o Acordo de Paris, relatório de Comitê de Adaptação e relatório do Grupo Consultivo de Peritos.

Alguns pontos foram concluídos, mesmo que parcialmente, tais como: a revisão do WIM, e algumas questões relacionadas a finanças, como orientações ao *Global Environment Facility* (GEF) e *Green Climate Fund* (GCF).

Fonte: Agência Indusnet

## DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA COP 25

A delegação do Governo Brasileiro na COP 25 foi liderada pelo Ministro do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles, o qual participou de forma intensa nas negociações durante os 15 dias. O Ministro Ricardo Salles foi muito firme ao defender diretrizes para implementação do Art.6º do Acordo de Paris, que garante a continuidade dos projetos dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e tornam factíveis os novos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS), que poderão trazer recursos financeiros e tecnológicos para o Brasil.

Além do Ministro Ricardo Salles e sua equipe do MMA, também estavam presentes membros do Ministério da Economia (ME), Ministério de Relações Exteriores (MRE), Casa Civil, Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTIC), parlamentares, governadores e representantes do setor privado, como a Fiesp e ONGs.



Marco Antonio Caminha, representante da Fiesp

Fonte: Agência Indusnet

Foto: UN United Climate Change Conference COP 25

<http://bit.ly/2v2UNAw>

**FIESP**

PORTAL  
**CLIMA  
EM DEBATE**



# RETROSPECTIVA 2019

## SEMINÁRIO “AS NOVAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS”

A Fiesp e o Ciesp promoveram em 27 de março o seminário “As Novas Políticas de Gestão de Recursos Hídricos”. O evento reuniu especialistas, representantes do setor público e indústrias para discutirem o uso eficiente da água, seus impactos para a sociedade e avaliar os reflexos para o setor industrial do novo Governo.



## 14º PRÊMIO DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DA ÁGUA



O Prêmio Água, em sua 14ª edição, teve como vencedora na categoria Médio e Grande Porte, a fábrica da Toyota do Brasil de Sorocaba/SP, com o projeto “Desafio de minimizar e otimizar o uso de água na produção de veículos”. Na categoria Micro e Pequeno Porte, a vencedora foi a Metalúrgica Inca de Mococa/SP, com o projeto “Captação de água pluvial na ampliação da área fabril”. O Prêmio prestigia as indústrias que adotam boas práticas e projetos voltados à água.

Em 2019, inscreveram-se 23 empresas na categoria médio e grande porte e 07 entre as de micro e pequeno porte, totalizando 30 inscritos.

## ÁGUA SUBTERRÂNEA – MITOS E VERDADES SOBRE SEU USO

O seminário Água Subterrânea – mitos e verdades sobre seu uso, ocorreu na Fiesp entre os dias 1 e 3 de abril. O encontro reuniu especialistas nacionais e internacionais do setor, além de representantes de entidades públicas e da indústria, que abordaram a importância da regularização dos poços de captação de água subterrânea, utilizada principalmente para o abastecimento público, sendo também fundamental para empresas e na agricultura. Durante o seminário, também foram apresentadas tecnologias canadenses inovadoras para recuperação de águas subterrâneas contaminadas pelo uso inadequado da superfície.



**SIGA O DDS NO TWITTER**

<https://twitter.com/FiespAmbiental>

## SISTEMA DE EMISSÃO DO DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL (DOF)



Em maio, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizaram o workshop: “Conhecendo o Sistema de Emissão do Documento de Origem Florestal (DOF)”, com o propósito de apresentar os módulos e funcionalidades do sistema de emissão do documento.

## 21ª SEMANA DE MEIO AMBIENTE FIESP/CIESP

Com programação que reuniu diretores da entidade, membros do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, autoridades e especialistas para debater desafios e ações na gestão dos resíduos sólidos, abordando temas como: reciclagem, logística reversa e geração de energia. A 21ª Semana foi realizada de 03 a 06 de junho.



## 25º PRÊMIO DE MÉRITO AMBIENTAL



Solenidade que se realizou na 21ª Semana de Meio Ambiente, ocorreu com 70 projetos inscritos. As vencedoras foram as empresas Clarios, na categoria grande porte, com o projeto “Capacitando e transformando pessoas na busca da sustentabilidade ambiental”, e Biosolvit Soluções, na categoria de micro e pequeno porte com o projeto “Absorvedor natural de petróleo e derivados”. A Votorantim recebeu destaque na categoria Responsabilidade Social com o projeto “Legado das Águas – Reserva Votorantim”.

## EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS: “DA INDONÉSIA À AMAZÔNIA – EXPEDIÇÕES DE JEAN-MICHEL COUSTEAU”

Um dos eventos integrantes da 21ª Semana do Meio Ambiente, a exposição de fotografias do oceanógrafo Jean-Michel Cousteau possibilitou ao público ter acesso a 60 fotografias da exposição “Da Indonésia à Amazônia – Expedições de Jean-Michel Cousteau”, expostas na Galeria de fotos do Centro Cultural Fiesp.





# RETROSPECTIVA 2019

## MUTIRÃO DE LIMPEZA “LIMPA LAPA”

O Ciesp Distrital Oeste, em parceria com as principais entidades da região da Lapa, realizaram mutirão de limpeza pelos bairros da Lapa em São Paulo no dia 15 de junho. A ação articulada pelo Instituto Limpa Brasil foi uma prévia para o Dia Mundial da Limpeza, comemorado em 21 de setembro.



## SEMINÁRIO “O AR QUE RESPIRAMOS”



Nos dias 07 e 08 de agosto o Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) e o Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp realizaram o Seminário que contou com autoridades e especialistas em saúde, qualidade do ar e em poluição proveniente de fontes móveis, inclusive das não reguladas nacionalmente (aviões e navios). Foram debatidos o arcabouço legal afeto à matéria, as principais causas das emissões de poluentes pelas fontes móveis e suas relações com o número de mortes por doenças cardiorrespiratórias, bem como quanto ao custo à sociedade.

## TREINAMENTO DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DO IBAMA

Em setembro, a Fiesp e o Ciesp retomaram a parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a realização dos treinamentos para Preenchimento do Cadastro Técnico Federal (CTF) do Ibama. Em 2019, foram realizados 15 treinamentos no Estado de São Paulo. Os treinamentos serão retomados em 2020.



## ESTUDO SOBRE A AMAZÔNIA



Com o objetivo de qualificar a informação sobre a Amazônia e integrar o debate público, a Fiesp criou um Comitê Extraordinário, que resultou no estudo *Amazônia, você precisa saber*, baseado em dados públicos oficiais e de diversas fontes primárias de informação, como institutos de pesquisas e governamentais. O estudo revelou que queimadas e desmatamento têm dinâmicas distintas; mostrou que metade da vegetação nativa está em áreas protegidas e que o Brasil cumpre todos os acordos sobre o clima em vigor.

## SEMINÁRIO A DESPOLUIÇÃO DOS RIOS



A Fiesp, em parceria com o Jornal Estado de São Paulo, realizou o seminário A Despoluição dos Rios, nos dias 8 e 9 de outubro. Representantes do Poder Público, de entidades privadas e municipais que gerenciam o serviço de saneamento, de órgãos reguladores e de organizações da sociedade civil discutiram a situação atual dos rios paulistas, além das propostas e soluções para melhorar o saneamento no Brasil.

## FRENCH CLEANTECH DAYS

A Fiesp em parceria com a *Business France*, agência pública francesa responsável pela internacionalização da economia da França, realizaram em 15 de outubro o *French Cleantech Day*. O evento reuniu vários *players* de diferentes setores da indústria brasileira com grande consumo de energia, que buscam otimizar o desempenho energético e reduzir custos.



## O PAPEL DO INPI NA PROMOÇÃO DE TECNOLOGIAS VERDES



Em outubro, a Fiesp também realizou o *workshop* "Patentes Verdes: o papel do INPI na promoção de tecnologias verdes" a fim de discutir a contribuição desse projeto para atenuar as mudanças climáticas globais.

## CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA PAULISTA

A Fiesp realizou reunião plenária da Câmara Ambiental da Indústria Paulista para discussão sobre Licenciamento Ambiental Municipal. Na ocasião, estiveram presentes sindicatos e associações de indústrias que relataram os problemas que estão enfrentando para renovação das suas licenças de operação no município de São Paulo.



## ACORDO SETORIAL DE ELETROELETRÔNICOS



A Fiesp em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e a Gestora para logística reversa de eletrônicos (Green Eletron) realizaram *workshop* para apresentar aos empresários do Estado de São Paulo os detalhes do Acordo Setorial para a Logística Reversa de Eletroeletrônicos.



# RETROSPECTIVA 2019

## SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS: CONCORRÊNCIA DE CERTIFICADOS DE RECICLAGEM

Em 2019, a Fiesp e o Ciesp realizaram 06 concorrências de Certificados de Reciclagem. O valor da comercialização de certificados, realizadas desde o início das atividades do Sistema, ultrapassou o montante de R\$ 5 milhões, totalizando 82.820 toneladas.

Para saber mais sobre o Sistema de Logística Reversa de Embalagens e acessar o relatório com os resultados da concorrência, acesse: <http://bit.ly/2xVXoL1>



## LANÇAMENTO DO FÓRUM SUL-AMERICANO DE ECONOMIA CIRCULAR 2020



A Fiesp e o Senai-SP em parceria com o Fundo Finlandês de Inovação (SITRA) realizaram em novembro o evento de lançamento do **Fórum Sul-Americano de Economia Circular**, que será sediado na Fiesp em 31 de março de 2020. O evento teve como objetivo discutir os novos paradigmas da Economia Circular em substituição do modelo tradicional de fabricação linear de produtos. Na ocasião, o SENAI-SP também lançou o curso de educação a distância de Economia Circular.

Portal para inscrição: [online.sp.senai.br](https://online.sp.senai.br)

## PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

A Fiesp realizou a 1ª reunião de avaliação dos projetos que concorrem ao Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água - 2020.

Em sua 15ª edição, o Prêmio Água tem o histórico de reconhecer as boas práticas e soluções inovadoras, demonstrando que a indústria faz a sua parte no uso racional desse recurso e vem vencendo desafios tecnológicos e econômicos.

Desde 2005 foram recebidos 320 projetos, de mais de 200 empresas compostas por variados segmentos e porte, que mediante a implantação dos projetos apresentados, totalizaram uma economia de 172 milhões de m³ de água e quase R\$ 1 bilhão de investimentos.

Este ano, concorrem ao prêmio 25 projetos na categoria de médio/grande porte e 04 projetos na



categoria de micro/pequeno porte.

A cerimônia de premiação ocorrerá em **18 de março**.



Comissão Julgadora – 15º Prêmio Água



## SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

### IBÁ adere como Interveniente Anuente do TCLR

Com o objetivo de ampliar os esforços de consolidação da economia circular, a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) assinou em 20 de janeiro, a adesão ao Termo de Compromisso para Logística Reversa de Embalagens em Geral junto à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) e outras 58 entidades.

O setor de base florestal investe fortemente no desenvolvimento de soluções para a ampliação do uso de fibras recicladas. Esses investimentos podem ser observados na constante evolução das taxas de recuperação do segmento, que é estimada em 68% de todo o papel consumido passível de reciclagem. Ao integrar o Sistema de Logística Reversa de Embalagens, a IBÁ espera fortalecer ainda mais os esforços de engajamento do consumidor final e o fortalecimento de toda a cadeia de reciclagem.

Para as empresas fabricantes de papel embalagem associadas à IBÁ, o Sistema oferece a vantagem de ser uma iniciativa consolidada e que já vem apoiando os participantes na adequação às regulamentações

legais que impõem responsabilidade socioambiental, utilizando-se de tecnologia, transparência e escala para diminuir o custo sistêmico. O Sistema de Logística Reversa vem buscando ampliar o escopo para que essa modelagem se torne nacional, a fim de ficar vinculada aos objetivos do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Fonte: Editado de: [www.iba.org](http://www.iba.org)



Reunião do Conselho Gestor do Sistema



### CONCORRÊNCIA DE CERTIFICADOS DE RECICLAGEM

A primeira Concorrência de Certificados de Reciclagem (CRE) de 2020 do Sistema de Logística Reversa de Embalagens da Fiesp, realizada em 05/02, resultou na comercialização de Notas Fiscais rastreadas relativas à **11.023 toneladas de materiais recicláveis**, o equivalente a R\$ 615.093,57.

Nesta edição, 163 empresas adquiriram Certificados de Reciclagem, sendo representadas por 32 entidades signatárias ao Termo de Compromisso de Logística Reversa (TCLR).

Foram ofertados certificados para os seguintes

materiais: papel, 4.345 t; plástico, 4.549 t; vidro, 1.579 t; e metal, 550 t.

Os CRE são documentos que comprovam a restituição, por meio da comercialização da massa equivalente das embalagens recicláveis, após o uso pelo consumidor, ao ciclo produtivo, que não seguirão para o aterro, o que é um ganho enorme para as cidades e para o meio ambiente.

Nesta última concorrência, participaram 23 operadores que comercializaram suas notas fiscais que dão lastro ao Certificado de Reciclagem, sendo 5 cooperativas de catadores.

### FIQUE LIGADO!

Para saber mais sobre o **Sistema de Logística Reversa de Embalagens** e acessar o relatório com os resultados da concorrência, acesse: <http://bit.ly/2xVXoL1>

A próxima Concorrência de Certificados de Reciclagem (001/2020) ocorrerá em **27 de março**.

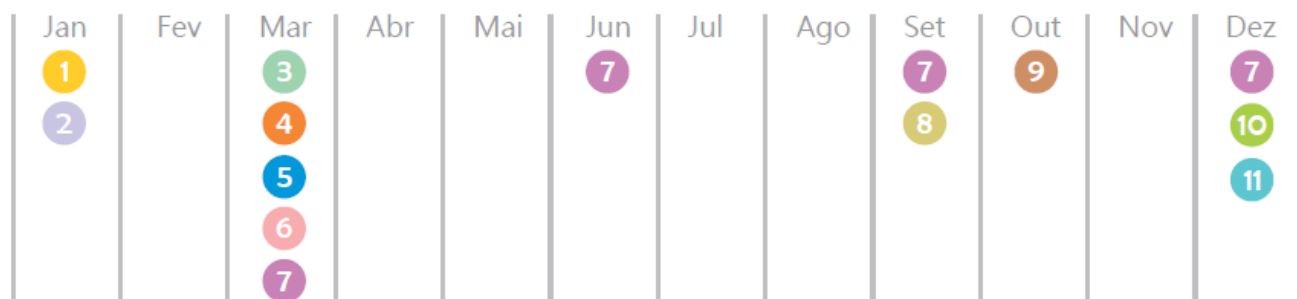
Acesse o Edital de Concorrência: <http://bit.ly/2HfPy45>

CALENDÁRIO 2020 Concorrências de Certificados de Reciclagem	
27 de março	
28 de maio	
20 de agosto	
08 de outubro	
01 de dezembro	

# CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS 2020

O Calendário de Obrigações Ambientais foi criado pela Fiesp e pelo Ciesp para alertar as empresas sobre as principais informações que devem ser encaminhadas anualmente aos órgãos ambientais e seus prazos de envio, evitando multas e penalidades. A iniciativa contempla apenas as obrigações ambientais gerais nos âmbitos estadual e federal. Por isso, o usuário deve ficar atento às possíveis obrigações ambientais municipais e também a outros compromissos atrelados ao processo de licenciamento ou aos específicos para atividade que exerce.

Para mais informações, acesse: <https://goo.gl/oSX1KK>



- 1 Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos – DAURH**  
 Obrigatória para os usuários de recursos hídricos que possuem pontos de captação nos corpos hídricos ou trechos de rios, de domínio da União, de acordo com critérios definidos pelas Resoluções ANA nº 603/2015 e nº 635/2015, com destaque aos usuários de bacias hidrográficas com marco regulatório, alocação negociada e/ou cobrança pelo uso da água.  
**Prazo: 31/01**
- 2 Declaração Anual de Resíduos Sólidos**  
 Obrigatória para os geradores, transportadores e unidades receptoras de resíduos sólidos e abrange as informações relativas a movimentação de resíduos sólidos de interesse ambiental, conforme estabelece o Artigo 14 do Decreto Estadual nº 54.645/2009.  
**Prazo: 31/01**
- 3 Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP**  
 Obrigatório para todos que exercem atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, bem como de pessoas jurídicas que exerçam atividades de geração e operação de resíduos perigosos, inscritos no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP.  
**Prazo: 31/03**
- 4 Cadastro Técnico Federal de Atividades potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP e Cadastro Ambiental Estadual**  
 Obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras ou que usem recursos ambientais. É a única forma de comprovar o registro no Cadastro Ambiental Estadual, conforme a IN IBAMA 06/13 e Resolução SMA 94/2012.  
**Prazo: 31/03**
- 5 Relatório do Protocolo de Montreal**  
 Obrigatório para pessoa física ou jurídica que produza, importe, exporte, comercialize ou utilize qualquer substância controlada pelo Protocolo de Montreal, conforme disposto na Instrução Normativa do Ibama nº 05/2018.  
**Prazo: 31/03**
- 6 Relatório de Resultados e Plano de Logística Reversa**  
 Obrigatória apresentação do Relatório de Resultados bem como do Plano de Logística Reversa para empresas que possuem área construída maior que 1.000 m², conforme Decisão de Diretoria Cetesb nº 114/2019.  
**Prazo: 31/03**
- 7 Pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFASP**  
 Deve ser realizado trimestralmente por pessoa jurídica cadastrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP e exercem atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000  
**Prazo: Último dia útil de cada trimestre do ano civil**
- 8 Apresentação do Ato Declaratório Ambiental – ADA**  
 Documento para que o proprietário rural obtenha redução no Imposto Territorial Rural – ITR, em até 100% sobre a área efetivamente protegida, conforme Instrução Normativa Ibama nº 05/2009.  
**Prazo: 31/09**
- 9 Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa**  
 Empreendimentos que desenvolvam atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria Cetesb nº 254/2012 devem encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa para a Cetesb.  
**Prazo: 31/10**
- 10 Programa de Regularização Ambiental – PRA**  
 O proprietário ou possuidor de imóvel rural deve fazer a inscrição no Sistema do Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) e requerer a inclusão no Programa de Regularização Ambiental – PRA com um Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA.  
**Prazo: 31/12**
- 11 Eliminação de equipamentos e materiais contendo Bisfenilas Policloradas- PCBs**  
 As pessoas físicas ou jurídicas que utilizam ou tenham sob sua guarda transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contendo PCBs, bem como óleos ou outros materiais contaminados por PCBs, ficam obrigadas a providenciar a sua eliminação conforme dispõe o Art. 6º da Lei Estadual 12.288/2006.  
**Prazo: 31/12**

Além das obrigações ambientais que possuem prazos pré-definidos, existem outros prazos nos quais as empresas devem estar atentas e que variam de empresa para empresa. A lista completa está disponível em:

<https://goo.gl/oSX1KK>



## NO RADAR



206

Representações em  
Fóruns/Colegiados

### CONSELHOS AMBIENTAIS

#### CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH)

A Fiesp foi empossada durante reunião plenária do CNRH, instância máxima de recursos hídricos no Brasil, que também deliberou sobre o Relatório Nacional de Segurança de Barragens, prorrogação da outorga da transposição do rio São Francisco e composição das 06 Câmaras Técnicas, onde a indústria conquistou vagas em todas. Na plenária o setor industrial será representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), como titular, a Fiesp, como 1º suplente, e o Instituto Aço Brasil, como 2º suplente.



### COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICA

#### COMITÊ FEDERAL DO RIO PARANAPANEMA

Reunião plenária do Comitê Federal do Rio Paranapanema, em que foram aprovados o relatório de atividades desenvolvidas no ano de 2019; o plano de atividades a ser desenvolvidos no ano de 2020; além da criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Capacitação. Nessa data também foi apresentada a situação dos volumes hídricos dos

reservatórios de Jurumirin, Chavantes, Capivara e Mauá no Rio Tibagi afluente do Rio Paranapanema, que em função das baixas precipitações pluviométricas os reservatórios atingiram níveis de atenção. Para garantir os usos múltiplos, o Comitê de Bacia e a ANA (Agência Nacional de Águas) instituíram a sala de situação, para reuniões junto com a Operadora Nacional do Sistema Elétrico, Órgãos de controle de São Paulo e Paraná e operadores privado de geração de energia e representantes da sociedade. Nessas reuniões são acordadas as vazões de defluência dos reservatórios para garantir os volumes de reservação e atendimento aos demais usuários.

#### COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

##### Cobrança Rio Paraíba do Sul

A Fiesp participou da reunião da Câmara Técnica Consultiva do Ceivap, que teve como pauta a proposta de reajuste da cobrança do Rio Paraíba do Sul, com 19 novos coeficientes apresentados e aumento do Preço Público Unitário (PPU) com 3 propostas que resultam em 19%, 60% e 100% de aumento. A partir do mês de março será disponibilizado um simulador para permitir a avaliação e novos posicionamentos e consultas públicas. O setor industrial considera inoportuno um terceiro reajuste neste horizonte de prazos, uma vez que, já estão ocorrendo os reajustes automáticos anuais pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e a vigência do reajuste aprovado em 2018 de 100% com progressividade até 2021. Destaca-se a disponibilidade atual de mais 100 milhões de reais da cobrança para serem desembolsados em projetos de melhoria da qualidade e quantidade nos recursos hídricos.

#### PIRACICABA, JUNDIAÍ E CAPIVARI

##### Monitoramento Hidrológico

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico é responsável por deliberar sobre as vazões a serem descarregadas do Sistema Cantareira para as bacias PCJ. Durante o período seco de 2019 foram emitidos 38 comunicados com 66 operações de aberturas/fechamentos que permitiram garantir o abastecimento com segurança hídrica para os usuários com descargas médias de 8,22 m³/s e máxima histórica de 12,25 m³/s nos rios Atibaia e Jaguari. No período, foram economizados aproximadamente 28 hm³ do volume anualmente disponibilizado às bacias PCJ.

## PIRACICABA, JUNDIAÍ E CAPIVARI

### Plano de Bacia

O Plano de Bacias PCJ 2020-2035 está em estágio final de revisão e para se antecipar às normativas, a Diretoria Regional do Ciesp Campinas, por meio do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e Ciesp, realizou palestra, no dia 24 de janeiro, para dialogar com os representantes da indústria. O objetivo foi aproximar o plano ao setor produtivo, esclarecendo dúvidas, pactuar questões e apresentar contribuições.

Os representantes da Agência das Bacias PCJ destacaram as diretrizes para outorga/licenciamento, propostas de enquadramento dos corpos d'água, alternativas de fontes de abastecimento, investimentos a serem feitos, dentre inúmeros outros aspectos de interação com o setor produtivo. Além da

apresentação sobre os cadernos de enquadramento e da garantia do suprimento hídrico.



Representantes da Agência das Bacias PCJ; Ciesp e Fiesp

## AVISOS



### CONCEDIDA A LIMINAR CONTRA A CETESB

**Decreto Estadual nº 64.512/2019 que estabelece novo procedimento de cálculo no licenciamento ambiental**

Foi **concedida a medida liminar** pela 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Agravo de Instrumento nº 2280545-78.2019.8.26.0000 no **Mandado de Segurança Coletivo** nº 1064352-24.2019.8.26.0053, **impetrado pela FIESP e pelo CIESP** contra ato do Diretor Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), no qual é discutida a **ilegalidade do Decreto** que, novamente elevou de forma abusiva, desproporcional e irrazoável os preços no licenciamento ambiental.

Ressaltamos que filiados à **Fiesp e/ou associados ao Ciesp** poderão valer-se da decisão.

Tal decisão ainda não é definitiva e, por esta razão, sugerimos que as empresas avaliem, com sua assessoria jurídica e contábil, eventuais medidas de prevenção de passivos, como o provisionamento.

Os Departamentos Jurídicos da Fiesp e do Ciesp estão à disposição para eventuais esclarecimentos.

Para consultar a íntegra da Decisão, acesse: <http://bit.ly/39eieWn>

## PUBLICIDADE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em vigor desde 04/02/2020, a **Resolução SMA nº 07, de 31/01/2020**, estabelece que os pedidos de licenciamento e o ato de concessão das licenças e das respectivas renovações nos processos de licenciamento ambiental serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.) e no sítio eletrônico mantido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Da mesma forma, a **convocação para as audiências públicas realizadas nos processos de licenciamento ambiental** conduzidos por estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), contendo todas as informações necessárias para a correta compreensão do ato, será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E), no sítio eletrônico mantido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e em jornal de grande circulação local ou regional.



## AVISOS

### DECRETO ESTENDE O PRAZO RELATIVO A PEDIDO DE CONVERSÃO DE MULTA NAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Em vigor desde 03/01/2020, o Decreto Federal nº 10.198, de 03 de janeiro de 2020, altera o Decreto Federal nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações, para **estender o prazo para 270 (duzentos e setenta dias), contado de 08 de outubro de 2019**, para que o autuado que houver pleiteado a conversão de multa sob a égide do Decreto nº 9.179/2017, em qualquer de suas modalidades, possa:

(i) solicitar a readequação do pedido de conversão de multa para execução nos moldes do art. 142-A, garantido o desconto de sessenta por cento

sobre o valor da multa consolidada; ou

(ii) desistir do pedido de conversão de multa, garantida a faculdade de optar por uma das demais soluções legais possíveis para encerrar o processo, tais como o desconto para pagamento e o parcelamento da multa.

O decurso do prazo em referência sem qualquer manifestação do autuado implica desistência tácita do pedido de conversão de multa, hipótese em que o órgão da administração pública federal ambiental emissor da multa deverá notificá-lo acerca do prosseguimento do processo administrativo.

### PROCEDIMENTOS DE CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS

Em vigor desde 30/01/2020, as **Instruções Normativas Conjuntas nº 01 e 03, de 29 de janeiro de 2020**, editadas pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, pelo Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - INSTITUTO CHICO MENDES, regulamentam os procedimentos de conversão de multas ambientais nos moldes dos incisos I e II do artigo 142-A do Decreto nº 6.514/2008, e dão outras providências.

A conversão de multas ambientais é definida como o

“procedimento especial que substitui a obrigação de pagar a multa ambiental por serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente”, de modo que a multa simples poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente pela autoridade ambiental competente. Trata-se de medida discricionária e será efetivada segundo os critérios de conveniência e oportunidade da Administração, não constituindo direito subjetivo do autuado.

Demais informações poderão ser encontradas nos textos destas normas.

### PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL NAS INFRAÇÕES AO MEIO AMBIENTE

Em vigor desde 30/01/2020, a **Instrução Normativa Conjunta nº 2, de 29/01/2020**, editada pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Segundo esta norma, o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente é orientado pelos princípios que regem a Administração Pública e o direito administrativo sancionador e preza pela qualidade técnica da instrução processual e pelo respeito aos direitos dos administrados.

A apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente compete à unidade administrativa ambiental federal do local da infração, também equiparado:

- i. nas infrações contra o patrimônio genético ou contra o conhecimento tradicional associado, o domicílio do autuado;
- ii. nas infrações praticadas em meio virtual, o local de registro do usuário ou do empreendimento;
- iii. nas infrações que envolvem transporte, o local de abordagem do veículo, aeronave ou embarcação.

O uso de meios eletrônicos é admitido na tramitação do processo administrativo federal para apuração de

## AVISOS

infrações ambientais desde a lavratura do auto de infração, sendo que a autoria, autenticidade e integridade dos documentos e da assinatura, nos processos administrativos eletrônicos de que trata este regulamento, poderão ser obtidas por meio de certificado digital ou identificação por meio de usuário e senha.

Os autuados e seus advogados têm assegurado o direito de acesso a processo administrativo federal

ambiental eletrônico por intermédio da concessão de acesso externo a sistema informatizado para a gestão e o trâmite de processos.

De acordo com esta norma, a propositura de demanda judicial, pelo autuado, visando à suspensão dos efeitos ou à declaração de nulidade do auto de infração, das sanções ou de outras medidas aplicadas, não impede o normal prosseguimento do processo de apuração da infração ambiental.

### IBAMA ALTERA REGRA DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

Em vigor desde 27/01/2020, a **Instrução Normativa nº 2, de 23/01/2020**, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), altera a Instrução Normativa nº 14, de 26/04/2018, para estabelecer que as solicitações de autorização de atividades florestais protocoladas nos órgãos do Sisnama antes de 02/05/2018 **poderão ser cadastradas e homologadas por meio do módulo de Autorização de Exploração Florestal (Autex) presente no sistema do Documento de Origem Florestal (DOF) até a data limite de 31 de janeiro de 2021**, salvo em casos excepcionais, expressamente aprovados pelo Ibama.

### IBAMA DISPÕE SOBRE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES FLORESTAIS JUNTO AOS MUNICÍPIOS

Em vigor desde 28/01/2020, a **Instrução Normativa nº 3, de 23/01/2020**, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), altera a IN nº 21, de 24/12/2014, para estabelecer que:

1. As solicitações de autorização de atividades florestais sob competência dos **órgãos municipais de meio ambiente** terão **prazo até o dia 31/01/2021** para inclusão no sistema Sinaflor ou por sistema estadual integrado;
2. O interessado não está isento da obtenção de eventuais autorizações, licenças ou outros procedimentos exigidos pelo órgão municipal;
3. Para transporte de produto florestal oriundo da autorização supramencionada, o interessado deverá requerer ao órgão ambiental competente a emissão de Autorização, com a inserção dos respectivos créditos diretamente no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor, para fins de emissão do DOF;
4. Após referido prazo, as autorizações deverão ser emitidas apenas por meio do Sinaflor para fins de controle das atividades florestais;
5. O Ibama bloqueará a emissão de DOF dos entes federativos que descumprirem referido prazo.

### ICMBIO APROVA NORMA PARA MATERIAL CONTROLADO

Em vigor desde 27/01/2020, a **Instrução Normativa nº 1, de 23 de janeiro de 2020**, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), aprova as normas reguladoras para **obtenção e renovação** de porte, uso, cautela, descarte e destruição de material controlado no âmbito deste Instituto.

Para fins de aplicação desta norma, são considerados materiais controlados:

- Armamentos em geral, assim considerados por

este Instituto;

- Carregadores;
- Munição;
- Coletes balísticos;
- Formulários de fiscalização e/ou equipamento eletrônico de registro de
- infrações;
- Documentos de identificação do agente de fiscalização;



## AVISOS

- Registro do armamento;
- Demais equipamentos, assim definidos por ato da Coordenação de Fiscalização – COFIS, que serão definidos por Portaria da CGPRO.

Fiscalização do ICMBio deverão obedecer às diretrizes constantes na Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226, de 31/12/2010. Esta norma será executada e coordenada pela Coordenação Geral de Proteção.

Toda ação e conduta relacionada aos Agentes de

## NOVAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS INCLUÍDAS NO REGIME DE LICENCIAMENTO OU DE AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO

Em vigor desde 08/01/2020, a **Lei nº 13.975, de 07 de janeiro de 2020**, altera a Lei nº 6.567/1978, que dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio, além das argilas para indústrias diversas, no regime de licenciamento ou de autorização e concessão.

## DIPLOMAS LEGAIS - FEDERAL

### BIODIVERSIDADE

#### **Decreto nº 10.165, de 10/12/2019**

Altera o Decreto nº 9.309, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais.

### INFRAÇÕES

#### **Decreto nº 10.198, de 03/01/2020**

Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações.

### RECURSOS HÍDRICOS

#### **Resolução ANA nº 101, de 02/12/2019**

Estabelece que o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2020, realizado com base nos mecanismos e valores definidos pelo CNRH, será efetuado considerando os preços unitários da tabela que especifica.

#### **Decreto nº 10.203, de 22/01/2020**

Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

### CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

#### **Decreto nº 10.143, de 28/11/2019**

Altera o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

#### **Decreto nº 10.178, de 18/12/2019**

Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário.

## PROJETOS DE LEI FEDERAL

### BIODIVERSIDADE

PEC nº202/2019 - Altera os arts. 49 e 225 da Constituição Federal para que o Congresso Nacional decida previamente sobre o corte e a supressão de vegetação da Floresta Amazônica.

### CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

PL nº 6539/2019 - Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, para atualizá-la ao contexto do Acordo de Paris e aos novos desafios relativos à mudança do clima.

PL nº 6230/2019 - Dispõe sobre os Planos de Prevenção e Controle dos Desmatamentos e ações estratégicas para a prevenção, monitoramento e controle de desmatamento em todo território nacional e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas para crimes ambientais; a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que cria o Fundo Social do

Pré-Sal; a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que cria os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

### RESÍDUOS SÓLIDOS

PL nº 6545/2019 - Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).

PL nº 6198/2019 - Acresce § 7º ao art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de revisão periódica dos registros de agrotóxicos.

## DIPLOMAS LEGAIS - ESTADUAL

### RECURSOS HÍDRICOS

#### Decreto nº 64.636, de 4/12/2019 (\*)

Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), instituídos pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos..

(\*) A Fiesp e o Ciesp foram reconduzidos no plenário do CRH.

#### Portaria DAEE 318, de 17-01-2020

Institui o Programa de Fiscalização Continuada - PROFISC-DAEE.

### RESÍDUOS SÓLIDOS

#### Decreto nº 64.621, de 29/12/2019

Altera a redação dos incisos do artigo 27 do Decreto nº 54.645, de 5 de agosto de 2009, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

## DIPLOMAS LEGAIS – MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

### BIODIVERSIDADE

#### Lei nº 17.267, de 13/01/2020

Altera a Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, e a Lei nº 10.919, de 21 de dezembro de 1990.

### RESÍDUOS SÓLIDOS

#### Lei nº 17.261, de 13/01/2020

Dispõe sobre a proibição de fornecimento de produtos de plástico de uso único nos locais que especifica.

## A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS por meio de casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o case da empresa Votorantim S.A que recebeu o destaque responsabilidade social no Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental de 2019.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtyx>

Clique nos links



### ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



**Empresa: Votorantim**

**Projeto: Legado das Águas – Reserva Votorantim**

A Votorantim é uma empresa multinacional brasileira, com um século de existência, que teve suas atividades iniciadas no ramo da indústria têxtil e diversificadas ao longo dos anos. Atualmente, a Votorantim possui um portfólio variado de empresas atuantes nos mais diversos segmentos industriais nos setores de cimento, metais, siderurgia, energia, suco de laranja concentrado e outros.

A entrada da Votorantim na indústria de alumínio ficou condicionada à geração de energia pela própria empresa. Visando solucionar esta situação, a companhia construiu o Complexo Juquiá, conjunto de 7 usinas hidroelétricas localizadas ao longo do Rio Juquiá. Com a intenção de conservar a área de vegetação às margens do rio, em meados da década de 1950, a Votorantim iniciou um processo de aquisição de áreas de vegetação natural na região do Vale do Ribeira que resultaria na criação da maior reserva privada de Mata Atlântica do Brasil, o Legado das Águas – Reserva Votorantim.

A área de 31 mil hectares, de vegetação em estágio avançado de conservação, foi nomeada a primeira Reserva Privada de Desenvolvimento Sustentável do Estado. A Reserva promove ações dentro de três eixos centrais, Capital Natural, Humano-Social e Econômico, através de ações que contribuem para o desenvolvimento territorial onde se insere, envolvendo municípios, população e representantes da sociedade civil, com o propósito de gerar valor a partir da conservação da floresta. Além de promover e fomentar a pesquisa científica aplicada ao conhecimento da biodiversidade e garantir a integridade da floresta por meio da proteção e monitoramento da área.

Acesse o case completo em:

<http://bit.ly/2Oq6fNB>



## AGENDE-SE

### TREINAMENTO PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF/IBAMA)



O Cadastro Técnico Federal é obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

O evento tem como objetivo realizar treinamento teórico e prático para o preenchimento online do Cadastro Técnico Federal, no qual serão abordados assuntos como: a legislação pertinente ao cadastro; quem é obrigado a se inscrever e como realizar a inscrição; como saber se a empresa está regular; a importância de manter o registro atualizado; acesso ao sistema do Ibama.

#### 18 DE FEVEREIRO DE 2020

Das 14h00 às 17h00

#### PRÉDIO DA FIESP

Av. Paulista, 1313 – 4º andar, São Paulo/SP

#### INSCRIÇÕES GRATUITAS EM:

<http://bit.ly/2RXXggc>

#### 03 DE MARÇO DE 2020

Das 10h00 às 13h00

#### CIESP CAMPINAS

Rua Padre Camargo Lacerda, 37 – Bonfim, Campinas/SP

Telefone (19) 37432206



**FÓRUM  
SUL-AMERICANO  
DE ECONOMIA  
CIRCULAR 2020**

**O Fórum Sul-Americano de Economia Circular acontecerá em 31 de março de 2020 na Fiesp.**

**Acompanhe a agenda da Fiesp em:**

<https://www.fiesp.com.br/agenda>

## AGENDE-SE



**INSCRIÇÕES ATÉ**  
**20 DE MARÇO DE 2020**

O **Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental**, uma das principais iniciativas de reconhecimento das ações do setor industrial na área da sustentabilidade, chega à 26ª edição com números que comprovam o crescente engajamento das empresas nas questões ambientais e/sociais.

### CATEGORIAS DE PARTICIPAÇÃO

- Micro ou pequeno porte
- Médio ou Grande porte

Para mais informações, acesse:

<http://www.fiesp.com.br/meritoambiental>

### SAVE THE DATE



**14 a 16**  
**ABRIL 2020**  
**SÃO PAULO EXPO - SP**

### EXPEDIENTE

O Informe Ambiente é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e da Diretoria do Ciesp. Circulação bimestral

Fotografias: Ayrton Vignola, Everton Amaro e Karim Kahn

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549-4675 | Fax: 3549-4237 | [cdma@fiesp.com.br](mailto:cdma@fiesp.com.br) | [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link: [www.fiesp.com.br/cadastro](http://www.fiesp.com.br/cadastro)